

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO

Nº 1453158

Exercício 2022

Controladoria-Geral do Estado

25/04/2023

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**



Controladoria-Geral do Estado de Minas
Gerais

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO

Nº 1453158 – EXERCÍCIO 2022

Órgão/Entidade: **Controladoria-Geral do Estado**



MISSÃO DA CGE

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.



QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Trata-se de auditoria realizada em cumprimento às determinações do art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 02, de 14 de dezembro de 2022.

POR QUE A CGE REALIZOU ESSE TRABALHO?

O trabalho foi realizado com a finalidade de subsidiar o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no julgamento das contas anuais de 2022 do responsável pelo órgão.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?

Considerando o escopo de auditoria, conclui-se pela adequada posição orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2022 do órgão, nos termos das informações prestadas neste Relatório de Auditoria de Gestão.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022.....	8
2.1 TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS	8
2.2 RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS DECISÕES EXPEDIDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO.....	9
3. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CAPUT DO ART. 5º DA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	10
4. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICÁCIA E À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	11
4.1. Gestão Orçamentária.....	11
4.2. Gestão Financeira	15
4.3. Gestão patrimonial.....	16
5. RESULTADO DA AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO, ESPECIFICANDO, QUANDO FOR O CASO, AS SINDICÂNCIAS, INQUÉRITOS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS, INSTAURADOS OU CONCLUÍDOS NO PERÍODO E OS RESPECTIVOS RESULTADOS, INDICANDO NÚMEROS, CAUSAS, DATAS DE INSTAURAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL E ESTÁGIO ATUAL DOS PROCESSOS	18
6. DECLARAÇÃO DE QUE FOI VERIFICADA E COMPROVADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL, CONSIDERANDO O RESULTADO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO OU DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2022, INDICANDO AS FALHAS,	



**IRREGULARIDADES OU ILEGALIDADES APURADAS E AS
MEDIDAS SANEADORAS RECOMENDADAS21**

**7. INFORMAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS DAS
AUDITORIAS REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO, OS
QUAIS DEVEM INDICAR AS ILEGALIDADES OU
IRREGULARIDADES APURADAS E AS MEDIDAS
SANEADORAS RECOMENDADAS, BEM COMO INFORMAR
SOBRE O RESULTADO DE MONITORAMENTO DAS DECISÕES
DO TRIBUNAL EM CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS
ANTERIORES, APLICÁVEL AOS DEMAIS ÓRGÃOS23**

**8. ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS PELO CONTROLE
INTERNO AO TITULAR DO ÓRGÃO OU DIRIGENTE DA
ENTIDADE SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO23**

9. PARECER24

**APÊNDICE A – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO DE
202226**

**APÊNDICE B – RELATÓRIOS DE AUDITORIA EMITIDOS EM
202228**

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento às determinações do art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 02, de 14 de dezembro de 2022, apresenta-se o Relatório de Auditoria de Gestão sobre o exercício financeiro de 2022 da Controladoria-Geral do Estado, sediada na Rodovia Papa João Paulo II, 4.000, Prédio Gerais, 12º andar, Bairro Serra Verde - BH / MG.

O trabalho foi realizado consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

A execução dos trabalhos foi orientada pela CGE, nos termos da competência que lhe é atribuída pelo art. 49 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, por intermédio da Auditoria-Geral do Estado, conforme roteiro de auditoria específico.

O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses dos itens previstos no art. 10 da IN TCEMG nº 14, de 2011 e na Decisão Normativa vigente.



2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022

2.1 TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS

No exercício de 2022, foram emitidos os seguintes documentos:

(1) Relatório dos Resultados de Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais de Exercícios Anteriores de 2021 da Controladoria-Geral do Estado e (2) Relatório de Auditoria de Avaliação da Regularidade da Contratação e da Execução de Despesas Realizadas por meio de Recursos da Fonte 95.

Ressalta-se que a CGE não possui em sua estrutura orgânica unidade de Controle Interno (Controladoria Setorial), o que justifica a baixa quantidade de trabalhos executados. O presente trabalho foi realizado pela Assessoria de Harmonização das Controladorias Setoriais e Seccionais, conforme designação realizada pela Resolução CGE Nº 21/2021, publicada em 17/06/2021.

Documentos técnicos de auditoria emitidos em 2022

PRODUTO	QUANTIDADE
Relatório de Auditoria (RA)	2
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial (RATCE)	-
Certificado de Auditoria (CA - CAFIMP)	-
Certificado de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial (CATCE)	-
Nota de Auditoria (NA)	-
Nota de Consultoria (NC)	-
Relatório Preliminar (RP)	-
QUANTIDADE TOTAL	2



O objetivo dos dois Relatórios de Auditoria produzidos em 2022 e a data de emissão estão sintetizados abaixo.

1. Relatório dos Resultados de Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais de Exercícios Anteriores de 2021 da CGE nº 1187107 (Processo e-Aud 1187106)

- Objetivo: atender às determinações do art. 10 da Instrução Normativa nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 01, de 29 de março de 2022;
- Data de emissão: 26/04/2022.

2. Relatório de Auditoria de Avaliação da Regularidade da Contratação e da Execução de Despesas Realizadas por meio de Recursos da Fonte 95 nº 1243716 (Processo e-Aud 1240457)

- Objetivo: verificar a adequação dos procedimentos e controles internos adotados pela unidade auditada quanto ao planejamento, à estimativa de preços, à adesão à ata de registro de preços como órgão não participante, bem como à execução e fiscalização dos objetos contratados;
- Data de emissão: 12/08/2022.

2.2 RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS DECISÕES EXPEDIDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO

A Decisão Normativa TCEMG nº. 02/2022 determina em seu Anexo III que a unidade de auditoria informe sobre o resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores.

Em pesquisa no site www.tce.mg.gov.br, não foi encontrada recomendação a ser monitorada, nos últimos cinco anos.



3. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CAPUT DO ART. 5º DA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

O art. 5º, *caput*, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece que o pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Da avaliação procedida sobre a amostra de 42 (quarenta e dois) pagamentos no âmbito da Controladoria-Geral do Estado no ano-exercício de 2022, foi constatado que 40 (quarenta), correspondente a 95% (noventa e cinco por cento), obedeceram a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e 2 (dois), correspondente a 5% (cinco por cento), não obedeceram a ordem cronológica.

De acordo com a SPGF/CGE, os casos em que não foram observadas a ordem cronológica decorrem de atrasos na assinatura da Ordem de Pagamento por ordenadores de despesa.



4. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICÁCIA E À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A avaliação dos resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão no ano-exercício de 2022 realizou-se nos termos demonstrados nos subitens a seguir.

4.1. Gestão Orçamentária

O presente tópico tem como objetivo avaliar o desempenho dos programas e/ou ações da Controladoria-Geral do Estado quanto à eficiência e a eficácia.

O **Roteiro para elaboração de Relatório de Auditoria de Gestão** emanado da AUGE/CGE assim apresenta os conceitos de eficácia e eficiência da gestão orçamentária:

Eficácia da Gestão Orçamentária: a eficácia da gestão orçamentária é obtida a partir do alcance de objetivos e metas de desempenho previamente definidos, aliado à observância de prazos estabelecidos e sem preocupação com a avaliação dos custos envolvidos, na consecução dos “Projetos-Atividades-Operações Especiais” (P/A/OE) associados ao órgão, entidade ou fundo. A mensuração da eficácia da gestão orçamentária deve ser precedida da análise da relação entre o resultado físico alcançado e o resultado físico previsto para cada P/A/OE na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme a equação a seguir:



Coefficiente de Eficácia (E_A %) =	Meta física realizada	X 100
	Meta física prevista*	

Nota: (*) Programação física do P/A/OE sob análise, nos termos da LOA.

Eficiência da Gestão Orçamentária: a avaliação da eficiência da gestão orçamentária é obtida a partir da relação entre resultados produzidos e recursos empregados na consecução dos "Projetos-Atividades-Operações Especiais" (P/A/OE) associados ao órgão, entidade ou fundo. A mensuração da eficiência da gestão orçamentária deve ser precedida da análise da relação entre: (1) resultados obtidos em face dos previstos (meta física realizada versus meta física prevista) e (2) custos incorridos em face dos previstos (despesa realizada versus despesa fixada) de cada P/A/OE constante da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme a equação a seguir.

Coefficiente de Eficiência (E_I %) =	Meta física realizada	X 100
	Meta física prevista	
	Despesa realizada	
	Despesa fixada	

Para o monitoramento das ações previstas na LOA, referido Roteiro replicou orientações contidas no Manual do SIGPLAN/SEPLAG e no Manual do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (TCE/MG), conforme a seguir:

- *Status* satisfatório: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130%

frente à meta programada. Especificamente para o índice de eficiência, a faixa de desempenho satisfatório situa-se igual ou acima de 0,7 e igual ou abaixo de 1,3;

- *Status crítico:* dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será crítico se a apuração for inferior a 0,7;
- *Status subestimado:* dimensões física ou orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será subestimado se o respectivo valor for superior a 1,3.

Com fulcro nos critérios estabelecidos acima, a execução orçamentária pode apresentar os seguintes resultados:

- *Gestão orçamentária eficaz:* dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada;
- *Gestão orçamentária parcialmente eficaz:* dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada ou quando dimensões física ou orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada;
- *Gestão orçamentária eficiente:* faixa de desempenho satisfatório situa-se igual ou acima de 0,7 e igual ou abaixo de 1,3;
- *Gestão orçamentária parcialmente eficiente:* o desempenho será crítico se a apuração for inferior a



0,7 ou se o desempenho será subestimado se o respectivo valor for superior a 1,3;

- Eficácia da gestão orçamentária comprometida: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução for igual a zero% da meta programada;
- Eficiência da gestão orçamentária com eficiência comprometida: o desempenho for igual a zero.

A partir da metodologia estabelecida, foram calculados o Coeficiente de Eficácia ($E_A\%$) e o Coeficiente de Eficiência ($E_I\%$) de cada ação prevista na Lei Orçamentária Anual de 2022 da CGE e, após, os respectivos índices.

Dos quatorze P/A da CGE, o Coeficiente de Eficácia apresentou resultado satisfatório em treze ações e crítico em uma. Já o Coeficiente de Eficiência foi satisfatório em 11, subestimado em duas e em uma ação o resultado foi crítico.

Com base nos resultados dos coeficientes de eficiência e eficácia calculados, o Índice de Eficácia ($I_A\%$) foi de 92,9% e o Índice de Eficiência ($I_I\%$) foi de 78,6%, concluindo que a gestão orçamentária da Controladoria-Geral do Estado no ano-exercício de 2022 apresentou-se eficaz e eficiente.

O Apêndice A relaciona os P/A da CGE do exercício de 2022, bem como os coeficientes e índices de eficiência e eficácia.



4.2. Gestão Financeira

A gestão financeira da Controladoria-Geral do Estado no ano-exercício de 2022 apresentou-se eficaz e eficiente.

Tal conclusão se assenta nos seguintes parâmetros e ocorrências:

a) Relativamente à eficácia da gestão financeira

A eficácia da gestão financeira é obtida a partir da observância do limite de disponibilidade financeira para efeito de assunção de compromissos pelo órgão, calculada com base na observância dos quesitos de (1) disponibilidade financeira versus obrigações, (2) lastro de restos a Pagar, (3) recursos de convênios e (4) recursos diretamente arrecadados.

A gestão financeira da Controladoria-Geral do Estado foi considerada eficaz em face da observância do limite de disponibilidade financeira para efeito de assunção de compromissos pelo órgão.

b) Relativamente à eficiência da gestão financeira

A eficiência da gestão financeira é obtida a partir da observância de disposições legais, do conhecimento tempestivo das disponibilidades do órgão e da previsão de ingressos futuros para efeito de assunção de compromissos financeiros, obtidos mediante mecanismos de controle e acompanhamento da utilização dos recursos financeiros, com base nos quesitos de (1) pontualidade dos pagamentos, (2) adequação do planejamento no

que tange à previsão e o controle de receitas e de despesas, (3) adequação da gestão dos convênios de entrada, (4) adequação da apuração da dívida flutuante e (5) adequação das inscrições em Restos a Pagar.

A gestão financeira da Controladoria-Geral do Estado foi considerada eficiente em face da observância de disposições legais, do conhecimento tempestivo das disponibilidades do órgão e da previsão de ingressos futuros para efeito de assunção de compromissos financeiros, obtidos mediante mecanismos de controle e acompanhamento da utilização de seus recursos financeiros.

4.3. Gestão patrimonial

A gestão patrimonial da Controladoria-Geral do Estado no ano-exercício de 2022 apresentou-se eficaz parcialmente eficiente.

Tal conclusão se assenta nos seguintes parâmetros e ocorrências:

a) Relativamente à eficácia da gestão patrimonial

A eficácia da gestão patrimonial é obtida mediante o alcance dos objetivos para os quais o patrimônio do órgão é estabelecido e calculada com base na observância dos quesitos de "Utilização" e "Conservação".

A gestão patrimonial da Controladoria-Geral do Estado foi considerada eficaz em face do alcance dos objetivos para os quais o patrimônio do órgão é estabelecido.

b) Relativamente à eficiência da gestão patrimonial

A eficiência da gestão patrimonial é obtida mediante a adoção de medidas e ações de controle que garantam o conhecimento tempestivo do patrimônio do órgão.

Nestes termos, a conclusão pela eficiência parcial da gestão patrimonial da Controladoria-Geral do Estado se assenta nas seguintes constatações:

- existência de bens fisicamente alocados em unidades administrativas diversas daquelas registradas no SIAD, o que contraria o disposto no art.41 do Decreto 45.242/2009.

A Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças -SPGF/CGE, regularizou a situação e manifestou-se no sentido de realizar ajustes nos fluxos internos para que as movimentações ocorram tempestivamente.

- existência de unidades administrativas cujo responsável pela carga patrimonial está desatualizado, em desacordo com o art. 37 do Decreto 45.242/2009.

A SPGF/CGE informou que os responsáveis pelas unidades foram atualizados de acordo com a atual estrutura da CGE. E que a implementação do Sistema SisAlerta, no ano 2022, possibilitará a imediata comunicação aos setores competentes quanto às movimentações de servidores, oportunizando a melhoria dos controles.

- existência de computadores estocados na unidade do almoxarifado sem utilização, em desacordo com o art. 6º e art. 43, §4º, do Decreto 45.242/2009.

De acordo com a SPGF/CGE, parte dos microcomputadores estocados à época do inventário haviam sido distribuídos internamente no órgão, conforme trabalho em conjunto realizado com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC. Contudo, não realizaram as transferências tempestivamente por dificuldades operacionais. Para os demais, a CGE está viabilizando a adequada destinação.

5. RESULTADO DA AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO, ESPECIFICANDO, QUANDO FOR O CASO, AS SINDICÂNCIAS, INQUÉRITOS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS, INSTAURADOS OU CONCLUÍDOS NO PERÍODO E OS RESPECTIVOS RESULTADOS, INDICANDO NÚMEROS, CAUSAS, DATAS DE INSTAURAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL E ESTÁGIO ATUAL DOS PROCESSOS

A relação dos quatro processos administrativos instaurados em 2022 e/ou instaurados em exercícios anteriores, mas concluídos em 2022, para os casos de concessão indevida de vantagens e benefícios aos servidores, aos inativos e aos pensionistas, com base na Resolução Seplag nº 37/2005, alterada pela Resolução Seplag nº 60, de 10 de setembro de 2010, encontra-se a seguir.



Tipo do processo	Processo Administrativo Resolução SEPLAG n° 37/2005 (inclusive cobrança de débito)
Especificação	Compensação de carga horária COVID-19 - Geraldo Magela Ribeiro
Número do Processo	1520.01.0001498/202
Data de instauração do processo	08/02/2022 - 15:22h - CGE/DRH
Causa da instauração	Compensação de carga horária para os servidores que não realizaram o teletrabalho em regime especial, no prazo de doze meses, a contar da data de encerramento da SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado.
Relação das irregularidades objeto de apuração	Restituição ao erário de 171 faltas (código 39 - COVID).
Indicação da situação do processo ao final do exercício (fase processual)	O desconto foi parcelado em 70 parcelas mensais a partir de abril/2022, ao final do exercício de 2022 foram descontadas 9/70 parcelas.
Resultados efetivos alcançados	Cumprimento do interesse da administração pública, ressarcimento ao erário e gestão dos recursos e serviços públicos.

Tipo do processo	RH: Processo Administrativo Resolução SEPLAG n° 37/2005 (inclusive cobrança de débito)
Especificação	Débitos de Ajuda de Custo 2019/2020 - Tânia Paula Machado
Número do Processo	1520.01.0001921/2022-44
Data de instauração do processo	17/02/2022 - 14:05h - CGE/DRH
Causa da instauração	Recebimento de ajuda de custo em dias superiores aos devidos ao longo dos anos de 2019 e 2020, considerando as verbas normais, os acertos em atraso, sendo crédito e débito, e também as ausências, contemplando faltas, afastamentos, férias prêmio e férias regulamentares.
Relação das irregularidades objeto de apuração	Restituição ao erário de débitos e créditos referente a Ajuda de Custo - verba 1070 referente aos exercícios de 2019 e 2020.
Indicação da situação do processo ao final do exercício (fase processual)	O desconto foi parcelado em 24 parcelas mensais a partir de março/2022, ao final do exercício de 2022 foram descontadas 10/24 parcelas.
Resultados efetivos alcançados	Cumprimento do interesse da administração pública, ressarcimento ao erário e gestão dos recursos e serviços públicos.



Tipo do processo	RH: Processo Administrativo Resolução SEPLAG nº 37/2005 (inclusive cobrança de débito)
Especificação	Débito Auxílio Refeição 2019 - Sabrina Helena Caetano Pinto
Número do Processo	1520.01.0011575/2021-28
Data de instauração do processo	02/12/2021 - 16:27h - CGE/DRH
Causa da instauração	Recebimento de restituição indevida de auxílio refeição no ano de 2019.
Relação das irregularidades objeto de apuração	Restituição ao erário de auxílio refeição restituído indevidamente em fevereiro/2019.
Indicação da situação do processo ao final do exercício (fase processual)	O desconto foi parcelado em 4 parcelas mensais a partir de dezembro/2021, ao final do exercício de 2022 foram descontadas 4/4 parcelas.
Resultados efetivos alcançados	Cumprimento do interesse da administração pública, ressarcimento ao erário e gestão dos recursos e serviços públicos.

Tipo do processo	RH: Processo Administrativo Resolução SEPLAG nº 37/2005 (inclusive cobrança de débito)
Especificação	Débito Auxílio Refeição 2019 - Bruno Gonçalves Nogueira
Número do Processo	1520.01.0012327/2021-94
Data de instauração do processo	20/12/2021 - 12:14h - CGE/DRH
Causa da instauração	Recebimento indevido de auxílio refeição no ano de 2019.
Relação das irregularidades objeto de apuração	Restituição ao erário de auxílio refeição recebido indevidamente no ano de 2019.
Indicação da situação do processo ao final do exercício (fase processual)	O desconto foi parcelado em 3 parcelas mensais a partir de janeiro/2022, ao final do exercício de 2022 foram descontadas 3/3 parcelas.
Resultados efetivos alcançados	Cumprimento do interesse da administração pública, ressarcimento ao erário e gestão dos recursos e serviços públicos.

Da avaliação procedida sobre as providências adotadas pelo gestor diante de atos que tenham causado dano ao erário, afirmamos, nos termos do subitem precedente, que foram tomadas as providências recomendadas.



6. DECLARAÇÃO DE QUE FOI VERIFICADA E COMPROVADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL, CONSIDERANDO O RESULTADO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO OU DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2022, INDICANDO AS FALHAS, IRREGULARIDADES OU ILEGALIDADES APURADAS E AS MEDIDAS SANEADORAS RECOMENDADAS

Considerando que a CGE não possui em sua estrutura orgânica unidade de Controle Interno (Controladoria Setorial), os testes previstos no roteiro para este item não foram realizados ao longo do exercício de 2022, mas sim no decurso deste trabalho.

A aplicação dos testes previstos levou às seguintes constatações, que não comprometeram a avaliação geral da legalidade dos atos de gestão do exercício financeiro de 2022 da CGE:

- saldo de R\$18.378,67 na conta 1.1.3.1.1.01.01 - Adiantamentos/Diárias antecipadas concedidos a Pessoal, em desacordo com o § 3º, art. 5º do Decreto 48.531/2022, que preconiza que os saldos de empenhos referentes à concessão de adiantamentos e diárias de viagem devem ser anulados até o dia 31 de dezembro de 2022.

Segundo a SPGF/CGE, a existência do saldo decorre de viagens e adiantamentos cujas prestação de contas não ocorreram em tempo hábil para as respectivas baixas contábeis. Informa, ainda, que os saldos foram baixados em 2023.

- saldo de R\$946.477,98 na conta contábil 8.1.2.3.2.01 - CONTRATO DE SERVIÇOS A EXECUTAR referente a contratos de serviço a executar sem movimentação; contratos encerrados, aguardando o



cancelamento dos respectivos saldos para regularização, conforme Relatório de Conformidade Contábil.

De acordo com informações prestadas pela SPGF/CGE, ao registrar o encerramento de contratos no portal de compras, automaticamente ocorre o lançamento contábil no sistema. Por algum erro, a baixa não foi automática, sendo necessária a intervenção manual. Saldos de alguns contratos permanecem em aberto e estão em tratativas juntamente com a SEPLAG para encerrá-los, e outros foram zerados.

- saldo de R\$516,84 na conta contábil 8.1.2.3.2.01 - CONTRATO DE SERVIÇOS A EXECUTAR referente a contrato com empresa que permaneceu com a documentação da situação fiscal irregular/certidão de Débitos Federais vencida, impossibilitando assim a efetivação do pagamento. Será solicitado pedido de DEA em 2023 afim de regularizar o saldo em aberto, conforme Relatório de Conformidade Contábil.

A partir de exames realizados consoante normas e procedimentos de auditoria e incluindo provas em registros e documentos correspondentes na extensão da amostra selecionada para, segundo as circunstâncias, obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas, declaramos, com base nos trabalhos de auditoria relativos ao exercício em foco e em atendimento ao inciso V do art. 10 da IN nº 14/2011 do TCE-MG, que, relativamente à amostra considerada, evidenciou-se a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Controladoria-Geral do Estado, praticados durante o ano-exercício de 2022.



7. INFORMAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS DAS AUDITORIAS REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO, OS QUAIS DEVEM INDICAR AS ILEGALIDADES OU IRREGULARIDADES APURADAS E AS MEDIDAS SANEADORAS RECOMENDADAS, BEM COMO INFORMAR SOBRE O RESULTADO DE MONITORAMENTO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL EM CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, APLICÁVEL AOS DEMAIS ÓRGÃOS

O resultado das auditorias realizadas durante o exercício e o resultado do monitoramento das decisões do tribunal em contas anuais de exercícios anteriores encontram-se nos itens 2.1 e 2.2 deste relatório, respectivamente.

8. ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS PELO CONTROLE INTERNO AO TITULAR DO ÓRGÃO OU DIRIGENTE DA ENTIDADE SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO

Em face do que dispõe o § 2º, art. 10 da IN/TCMG nº 14/2011, informamos que inexistem solicitações formais de esclarecimento realizadas pela Assessoria de Harmonização das Controladorias Setoriais e Seccionais sobre as contas do exercício ao titular da CGE.

Os esclarecimentos e/ou solicitações necessários à realização do trabalho foram encaminhadas diretamente às respectivas áreas responsáveis.



9. PARECER

Da análise efetuada sobre as contas de exercício do titular do órgão relativas ao ano-exercício de 2022, considerando:

as diretrizes dos instrumentos de planejamento estadual, representadas pelo Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pelos atos consequentes da publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e pelas disposições das normas pertinentes, com destaque para a Lei Federal nº 4.320, de 1964, a Lei Federal nº 8.666, de 1993, e o Decreto nº 37.924, de 1996 (e respectivas alterações), bem como o atendimento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública - legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, eficiência e razoabilidade;

que a nossa responsabilidade é a de expressar opinião sobre os atos de gestão e sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial do titular do órgão;

que nossos exames foram conduzidos de acordo com o Roteiro para Elaboração de Relatório de Auditoria de Gestão, com o resultado dos trabalhos de auditoria executados no exercício de 2022 e compreenderam i) o planejamento dos trabalhos, considerando os padrões normativo, gerencial, operacional e informacional, os controles internos e os registros contábeis; ii) a constatação, com base na aplicação de técnicas e testes de auditoria, das evidências e dos registros das evidências;



Nossas conclusões, tendo como parâmetro as análises procedidas a partir das demandas contidas nos incisos I a VI do art. 10 da IN 14/2011 e Decisão Normativa nº 02/2022, ambas do TCEMG, apontam a **adequada posição orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2022 do órgão**, nos termos das informações prestadas neste Relatório de Auditoria de Gestão.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2023.

Ademir de Mello Júnior

Auditor Interno

1.162.993-8

Altair Fernandes Martins

Chefe da Assessoria de
Harmonização das Controladorias
Setoriais e Seccionais

1.163.135-5



APÊNDICE A – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO DE 2022

Unidade Orçamentária: 1521 - CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Programa P/A/OE			Metas Físicas			Metas Financeiras			Eficácia		Eficiência	
Programa	P/A/OE (Código)	Título da ação	Previsão LOA	Execução	Execução/ Previsão (%)	Crédito Inicial (R\$)	Despesa Realizada (R\$)	Desp.Realiz./Cré d. Inicial (%)	E _A %	Desempenho	E _I %	Desempenho
31	1083	Reestruturação Tecnológica da Auditoria Interna Governamental	10	1	10,0	509.000,00	27.733,00	5,4	10,0	Crítico	183,5	Subestimado
31	4046	Auditoria Interna Governamental	100	95	95,0	11.930.391,00	16.437.277,72	137,8	95,0	Satisfatório	69,0	Crítico
31	4051	Ia-cm: Evolução da Capacidade da Auditoria Interna	90	100	111,1	1.992.236,00	2.401.194,24	120,5	111,1	Satisfatório	92,2	Satisfatório
31	4066	Apoio Às Ações de Controle Interno	100	100	100,0	3.337.575,00	2.739.759,71	82,1	100,0	Satisfatório	121,8	Satisfatório
31	4072	Formalização do Plano Anual de Controle Interno Pelas Controladorias Setoriais e Seccionais	100	96	96,0	506.424,00	479.676,70	94,7	96,0	Satisfatório	101,4	Satisfatório
705	2500	Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas	1	1	100,0	7.221.511,00	6.479.926,55	89,7	100,0	Satisfatório	111,4	Satisfatório
33	1084	Reestruturação Tecnológica Como Ferramenta Para o Combate À Corrupção	1	1	100,0	313.500,00	61.948,00	19,8	100,0	Satisfatório	506,1	Subestimado
33	4059	Aprimoramento dos Processos de Responsabilização Correccional	80	100	125,0	8.624.868,00	9.567.087,41	110,9	125,0	Satisfatório	112,7	Satisfatório



Unidade Orçamentária: 1521 - CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Programa P/A/OE			Metas Físicas			Metas Financeiras			Eficácia		Eficiência	
Programa	P/A/OE (Código)	Título da ação	Previsão LOA	Execução	Execução/ Previsão (%)	Crédito Inicial (R\$)	Despesa Realizada (R\$)	Desp.Realiz./Créd. d. Inicial (%)	E _A %	Desempenho	E _I %	Desempenho
33	4060	Fortalecimento da Prevenção No Âmbito da Atividade Correcional	85	85	100,0	3.939.113,00	4.583.300,77	116,4	100,0	Satisfatório	85,9	Satisfatório
33	4061	Alavancagem Investigativa No Combate À Corrupção	1	1	100,0	3.320.086,00	3.917.154,39	118,0	100,0	Satisfatório	84,8	Satisfatório
33	4079	Gestão Estratégica de Denúncias	100	100	100,0	361.440,00	485.982,85	134,5	100,0	Satisfatório	74,4	Satisfatório
32	4055	Promoção da Integridade e Fomento Ao Controle Social	36	37	102,8	2.458.250,00	2.924.292,60	119,0	102,8	Satisfatório	86,4	Satisfatório
32	4056	Promoção do Acesso À Informação e da Transparência Governamental	19	23	121,1	4.205.086,00	4.013.741,89	95,4	121,1	Satisfatório	126,8	Satisfatório
32	4073	Implementação do Plano de Integridade	100	100	100,0	1.433.636,00	1.546.591,54	107,9	100,0	Satisfatório	92,7	Satisfatório
Totais (Execução Orçamentária)						50.153.116,00	55.665.667,37		I _A % =	92,9%	I _I % =	78,6%
Avaliação da Gestão Orçamentária:									EFICAZ		EFICIENTE	



APÊNDICE B – RELATÓRIOS DE AUDITORIA EMITIDOS EM 2022

1. Relatório dos Resultados Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais de Exercícios Anteriores de 2021 da CGE nº 1187107 (Processo e-Aud 1187106)

2. Relatório de Auditoria de Avaliação da Regularidade da Contratação e da Execução de Despesas Realizadas por meio de Recursos da Fonte 95 nº 1243716 (Processo e-Aud 1240457)

RELATÓRIO DOS RESULTADOS AUDITORIAS E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO – CGE/MG

Abril/2022

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**

Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

Assessoria de Harmonização das Controladorias Setoriais e Seccionais

RELATÓRIO DOS RESULTADOS DE AUDITORIAS E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

RELATÓRIO E-AUD Nº: 1187107

CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

PROPÓSITO

Ser integridade e eficiência por uma sociedade melhor.

MISSÃO

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.

VISÃO

Ser referência nacional na área de controle e reconhecido pela sociedade como um órgão de excelência no fortalecimento da integridade pública.

VALORES

Foco no cidadão; Transparência; Valor e ética; Integridade; Prestação de contas; Conformidade (compliance); Cooperação interinstitucional; Responsabilidade ambiental e social.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Trata-se de relatório dos resultados auditoriais e do monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores de 2021, relativos à Controladoria-Geral do Estado – CGE/MG em atendimento às determinações do art. 10 da Instrução Normativa nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 01, de 29 de março de 2022.

SUMÁRIO

1.	Introdução	6
2.	Ações de destaque	6
3.	Auditorias realizadas	6
4.	Providências adotadas.....	7
5.	Resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores	7



1. Introdução

Em cumprimento às determinações do art. 10 da Instrução Normativa nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG), de 14 de dezembro de 2011, e do art. 6º da Decisão Normativa TCEMG nº 01, publicada no Diário Oficial de Contas em 29 de março de 2022, com retificação de data publicada em 30 de março de 2022, apresenta-se o Relatório dos Resultados Auditoriais e do Monitoramento das Contas Anuais de Exercícios Anteriores de 2021 da Controladoria-Geral do Estado.

Nossos exames foram realizados consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos termos da competência que lhe é atribuída pelo art. 49 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, por intermédio da Auditoria-Geral.

O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses para atendimento do art. 6º da Decisão Normativa TCEMG nº 01/2022.

2. Ações de destaque

No exercício de 2021, foi emitido o Relatório de Auditoria de Gestão sobre as contas do exercício financeiro de 2020 da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais e Nota Técnica de avaliação portal dos conselhos: Atualização dos dados da Instituição Participativa no Sistema dos Conselhos.

3. Auditorias realizadas

A Decisão Normativa TCEMG nº 01/2022 determina em seu Anexo III, item V, primeira parte, que a unidade de auditoria informe os resultados das auditorias realizadas durante o exercício, os quais devem indicar as ilegalidades ou irregularidades apuradas e as medidas saneadoras recomendadas.

Os documentos técnicos relativos às auditorias realizadas e emitidos no ano-exercício sob análise encontram-se relacionados no quadro resumo a seguir.

Ressalta-se que a CGE não possui em sua estrutura orgânica unidade de Controle Interno (Controladoria Setorial), o que justifica a inexistência de outros trabalhos de auditoria realizados no exercício.

DOCUMENTOS TÉCNICOS DE AUDITORIA EMITIDOS EM 2021 - QUADRO RESUMO

PRODUTO	QUANTIDADE
Relatório de Auditoria	1
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial	-
Certificado de Auditoria	-
Nota de Auditoria	-
Nota Técnica	1
Relatório Preliminar	-
Relatório de Atividades de Auditoria Interna	-
QUANTIDADE TOTAL	2

4. Providências adotadas

Informa-se que no exercício de 2021 os trabalhos de auditoria realizados não geraram recomendações ao dirigente máximo do órgão.

5. Resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores

A Decisão Normativa TCEMG nº 01/2022 determina em seu Anexo III, item V, segunda parte, que a unidade de auditoria informe sobre o resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores.

Em pesquisa no site www.tce.mg.gov.br, não foi encontrada recomendação a ser monitorada, nos últimos cinco anos.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2022

Julio Sergio Kümmel Guimarães

Auditor Interno

1.163.625-8

Altair Fernandes Martins

Chefe da Assessoria de Harmonização das
Controladorias Setoriais e Seccionais

1.163.135-5

RELATÓRIO DE AUDITORIA - AVALIAÇÃO

Nº 1243716 (Processo e-Aud 1240457)

Avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95.

Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

12/08/2022

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**

Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

Auditoria-Geral

**RELATÓRIO DE AUDITORIA – AVALIAÇÃO – Nº 1243716
(Processo e-Aud 1240457)**

Unidade Auditada: Controladoria-Geral do Estado

Município: Belo Horizonte/MG

MISSÃO DA CGE

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio dos recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais.

POR QUE A CGE REALIZOU ESSE TRABALHO?

O trabalho foi realizado em atendimento à Resolução CGE nº 35/2020, que define as ações de auditoria sobre as contratações de bens e serviços custeados com recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais – Fonte 95, bem como à determinação do Controlador-Geral do Estado.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?

Considerando o escopo de auditoria, conclui-se que os apontamentos constantes no Relatório Preliminar de Auditoria nº 1243715 foram esclarecidos pela manifestação que a SPGF enviou à AHCS, ressaltando que os achados de auditoria constantes no presente relatório final não esgotam a possibilidade de identificação de outros problemas e inconsistências significativas relativas ao objeto do trabalho.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGE – Controladoria-Geral do Estado

AHCS – Assessoria de Harmonização das Controladorias Setoriais e Seccionais

SPGF – Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

DTIC – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
RESULTADO DOS EXAMES	9
1. Ambiente Tecnológico da CGE em 2019	9
2. Solução Hiperconvergente utilizada pela CGE	9
3. Planejamento e Preço	10
3.1. Manifestação da Unidade Auditada	10
3.2. Análise da Equipe de Auditoria	10
4. Formalização Contratual	11
4.1. Manifestação da Unidade Auditada	12
4.2. Análise da Equipe de Auditoria	12
CONCLUSÃO	13
APÊNDICE I – ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS EM GERAL EXECUTADOS COM A FONTE 95	14
ANEXO I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA	16

INTRODUÇÃO

O rompimento das barragens de rejeitos em Mariana e Brumadinho, ocorrido em 2015 e em 2019, respectivamente, ocasionou danos ambientais, sociais e humanos e violou direitos tutelados pelo artigo 225 da Constituição Federal e 214 da Constituição Estadual. Em decorrência desses desastres socioambientais, foram firmados acordos judiciais entre as empresas responsáveis e o Estado de Minas Gerais, a título de compensação e reparação pelos danos causados às comunidades atingidas e a todo o Estado.

Considerando que os referidos acordos preveem recursos financeiros com fonte específica¹ no Orçamento, bem como valores vinculados a projetos, compete à Controladoria-Geral do Estado – CGE a sua fiscalização no que se refere ao Poder Executivo Estadual.

Por conseguinte, o trabalho de auditoria foi realizado em atendimento à Resolução CGE nº 035/2020, que estabelece, no art. 1º, que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) dos órgãos e entidades que executam despesas com recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais – Fonte 95 – deverão avaliar a regularidade da contratação e da execução dos contratos de bens e serviços realizados com tais recursos, sob a coordenação da Auditoria-Geral.

A auditoria teve como objetivo verificar a adequação dos procedimentos e controles internos adotados pela unidade auditada quanto ao planejamento, à estimativa de preços, à adesão à ata de registro de preços como órgão não participante, bem como à execução e fiscalização dos objetos contratados.

A metodologia do trabalho contemplou a realização de testes de auditoria por amostragem, sobre documentação das contratações, dos bens e serviços e de pagamento. Os exames foram realizados consoante normas e procedimentos de auditoria, na extensão necessária à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

Este Relatório de Auditoria trata da avaliação da contratação realizada pelo órgão, em atendimento à solicitação de compra/aquisição da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação para aquisição de “*Solução Modular de Infraestrutura Computacional Hiperconvergente com Virtualização e Proteção de Dados*”, que resultou no Contrato de Prestação de Serviços Processo SEI nº 1520.01.0008358/2021-72 firmado com a empresa Servix Informática Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 01.134.191/0003-09, cuja extrato foi publicado no Diário Oficial do Estado em 24/09/2021, com valor de R\$3.841.059,50 e vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do 5º dia seguinte à data de assinatura do instrumento firmado.

A contratação tem como origem a adesão como órgão não participante à Ata de Registro de Preços nº 284/2020, cujo órgão gerenciador é o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, materializada no Processo de Compras SIAD nº 1521001 000025/2021, cuja despesa possui dotação orçamentária na fonte de recursos 95 (“Recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais”) e fonte 10 e no programa 705 – Apoio às Políticas Públicas.

¹ Fonte 95: Recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais. Vide Lei Orçamentária Anual 2021 - Vol. V.

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**

As questões de auditoria que subsidiaram as análises estão relacionadas no Apêndice I deste Relatório, tendo sido selecionadas a partir do Roteiro de Avaliação de Contratações (RAC), elaborado pela Auditoria-Geral do Estado. Além destas, foram inseridas outras específicas quanto à adesão à Ata de Registro de Preços por órgão não participante, em observância ao Decreto nº 46.311/2013.

Por outro lado, o trabalho não teve como objetivo avaliar o certame em si, tendo em vista que a responsabilidade do órgão não participante é restrita às informações por ele produzidas, não respondendo pela execução do procedimento licitatório, nos termos do § 2º do art. 8º do Decreto nº 46.311/2013.

Registra-se que a AHCS encaminhou à SPGF o Relatório Preliminar nº 1243715 contendo os achados de auditoria a fim de que pudesse apresentar suas considerações a respeito dos resultados do trabalho. Ela se manifestou em 01/08/2022 por meio do documento intitulado *Respostas ao Relatório Preliminar de Auditoria*, reproduzido no Anexo I deste Relatório, enviado através de e-mail.

O presente trabalho foi realizado pela AHCS em cumprimento à competência prevista na Resolução CGE nº 21/2021, bem como em atendimento à determinação do Controlador-Geral do Estado.

Destaca-se que a equipe responsável pela realização desta Avaliação não possui conhecimento técnico específico na área de Tecnologia da Informação, o que limitou a execução de testes de auditoria em relação à formalização da contratação.

RESULTADO DOS EXAMES

A despesa aqui auditada integra a amostra que foi definida pela Auditoria-Geral, consideradas indicações dos Comitês Gestores Pró-Brumadinho e/ou Pró-Rio Doce, instituídos pelo Decreto nº 176, de 26 de fevereiro de 2019, e pelo Decreto nº 47.683, de 16 de julho de 2019, respectivamente. Em atendimento ao art. 4º da Resolução CGE nº 035/2020, a amostra contempla 80% do valor financeiro pago dos contratos ou instrumentos jurídicos congêneres celebrados com recursos provenientes da Fonte 95, executado no semestre anterior.

A avaliação foi realizada no período de 01/06/2022 a 08/07/2022.

A partir dos exames realizados sobre a contratação selecionada, a equipe de auditoria apresenta os seguintes resultados:

1. Ambiente Tecnológico da CGE em 2019

Em janeiro de 2019, a SPGF apresentou ao Controlador-Geral do Estado a situação em que se encontrava o ambiente tecnológico do órgão em relação à crescente demanda de armazenamento de dados, bem como a absorção de novos sistemas.

Em abril, a DTIC encaminhou projeto de aquisição de infraestrutura de rede para apreciação do Gabinete. A solução apresentada à época foi a Infraestrutura Hiperconvergente, todavia a aquisição não foi concretizada devido a inexistência de recursos.

No exercício de 2019, foi formalizado o Termo de Cooperação Técnica nº 15/2019 por meio do qual a Controladoria-Geral passou a utilizar o ambiente Sala Cofre da Secretaria de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, ocorrendo a migração de algumas aplicações web da CGE, além do File Server (Rede), resultando em uma significativa economia de recursos, porém ainda insuficiente para abarcar o crescimento tecnológico, conforme informações prestadas pela SPGF.

2. Solução Hiperconvergente utilizada pela CGE

Em janeiro de 2021, surgiu a possibilidade de a CGE captar recursos da Vale do Rio Doce decorrente do acordo firmado com o Estado de Minas Gerais relativo à tragédia de Brumadinho.

As áreas da CGE apresentaram suas demandas para compor o projeto “Fortalecimento e reestruturação tecnológica” que tem por objetivo promover melhorias nas áreas de auditoria, transparência e combate à corrupção por meio da reestruturação tecnológica da Controladoria-Geral com foco na qualidade do serviço prestado à população e do gasto público, que foram encaminhadas à SEPLAG pelo Controlador-Geral em 11/01/2021.

Em 18/03/2021 foi publicada a Resolução CGE nº 09 que instituiu o Comitê Temático com o objetivo de promover a governança dos projetos CGE, especialmente os decorrentes dos recursos obtidos com o acordo Vale S.A.

Após aprovação dos projetos, foram publicados os Decretos Orçamentários nºs 321, de 31 de julho de 2021, 356, de 23 de agosto de 2021 e 369, de 02 de setembro de 2021.

Segundo a SPGF, a DTIC realizou estudo criterioso entre as arquiteturas existentes no mercado afim de selecionar a melhor tecnologia para atender as demandas da CGE e foi mantida a mesma tecnologia proposta em 2019 de Infraestrutura Hiperconvergente.

No documento de solicitação da demanda, a DTIC informa que é de fundamental importância que o Órgão tenha sua própria solução visando a manutenção da integridade e segurança de seus ativos tecnológicos, evitando assim o comprometimento de informações críticas para a operação das atividades finalísticas. Esclarece, ainda, que com a efetivação do projeto de infraestrutura Hiperconvergente, a CGE terá condições de promover a evolução de suas atividades finalísticas para modelos baseados em análise de grandes volumes de dados, tais como cruzamento de dados, análise estatística e inteligência artificial, o que possibilitará maior eficácia e eficiência, bem como a tomada de decisão fundamentada em informações e dados altamente interconectados e de diversas fontes.

Por fim, o documento de solicitação elaborado pela DTIC apresenta Solução similar encontrada na ATA de Registro de Preços nº 284/2020 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG à Hiperconvergente proposta.

3. Planejamento e Preço

Nos estudos realizados em 2019 pela DTIC que definiu pela adoção da Solução Hiperconvergente e que serviu de base para a contratação, em relação à qual, inclusive, foi encontrada solução similar à da Ata de Registro de Preços, há informações sobre a quantidade de equipamentos, todavia não constam memória de cálculo nem critérios técnicos acerca do quantitativo, que demonstre o dimensionamento da necessidade.

Em relação à justificativa de preços, constam no processo SEI propostas comerciais enviadas por 03 empresas, cujas solicitações foram realizadas pela Diretoria de Gestão e Logística através do envio de e-mails. As cotações foram realizadas junto à fornecedores no mercado considerando a solução estudada para o Ministério Público e constante no Edital de Licitação elaborado pelo órgão gerenciador da Ata. Não foram realizadas pesquisas considerando outras soluções para a CGE diferentes daquela apresentada no Registro de Preços.

3.1. Manifestação da Unidade Auditada

A íntegra da manifestação da unidade auditada encontra-se no Anexo I.

3.2. Análise da Equipe de Auditoria

Entendemos que os achados de auditoria foram esclarecidos pela unidade auditada.

Quanto ao dimensionamento do quantitativo do objeto contratual, sugerimos a inserção nos processos das futuras contratações, seja de informática ou não, informações sobre a quantidade a ser adquirida, bem como a memória de cálculo e critérios técnicos que demonstrem a necessidade dos bens e/ou serviços a serem comprados.

4. Formalização Contratual

A Cláusula Primeira do Contrato Processo nº 1520.01.0008358/2021-72 especifica que o objeto é a “*expansão e renovação de suporte da Solução de Infraestrutura Hiperconvergente definida em software para ambientes de virtualização para atender à Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, conforme descrito nos Anexos I e II do presente instrumento*” (g.n.).

A Cláusula Sétima informa que o valor global é de R\$ 3.841.059,50.

O **Anexo I** do Contrato traz os mesmos quantitativos para os itens do Lote 1 da Ata de Registros de Preços, perfazendo o total de R\$ 6.752.741,00, valor este divergente daquele constante na Cláusula Sétima.

O **Apenso I do Anexo II** do instrumento celebrado também traz os mesmos quantitativos previstos na Ata de Registro de Preços, além de reproduzir informações do Lote 2 que não faz parte do objeto contratado pela CGE.

A Cláusula Segunda estabelece:

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Prazos, Local e Condições de Execução do Serviço

O serviço objeto deste Contrato deverá ser prestado no **Data Center da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE, localizado na rua da Bahia, 2.277, bairro Lourdes, Belo Horizonte - MG, CEP 30160-012**, em conformidade com todas as especificações previstas no Termo de Referência e Apenso I (Anexo II deste Contrato), inclusive quanto a eventual refazimento, nos prazos máximos definidos na proposta vencedora, contados a partir da data do recebimento, pela Contratada, da respectiva Ordem de Serviço encaminhada pela Contratante. (g.n.)

Já o item 14 do Anexo II dispõe:

14- LOCAL DE ENTREGA / DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Datacenter - MPMG - Rua Dias Adorno, 347 - Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG, 30190-100. Faz-se necessária a alteração do endereço padrão de entrega por tratar de aquisição de solução que envolva equipamentos sensíveis, de pequeno porte, alto valor agregado e empregabilidade direta ao DataCenter. (g.n.)

Não há cláusula contratual que estabeleça o quantitativo de cada item que compõe o objeto adquirido pela CGE. Os Anexos I e II reproduzem informações da Ata de Registro de Preços, todavia não citam a quantidade realmente adquirida pela Controladoria-Geral para cada item do Lote 1 da Ata.

A lista com os itens a serem adquiridos são observados em outros documentos anexados ao Processo SEI, a exemplo do Ofício de solicitação ao Ministério Público de adesão à Ata de Registro de Preços nº 284/2020 e do de pedido de concordância à empresa Servix de fornecimento do objeto contratual à CGE.

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**

Na Ata de Registro de Preços, o Lote 1 tem a seguinte composição:

Item	Unidade	Qtde.	Preço Unitário (R\$)
NX-8035-G7 (HÍBRIDO) - MODELO 1	unidade	2	691.201,50
NX-8035-G7 (HÍBRIDO) - MODELO 2	unidade	2	796.716,00
NX-3155G-G7 (HÍBRIDO)	unidade	3	1.050.066,00
EXPANSÃO, INSTALAÇÃO, MONTAGEM E CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	unidade	1	20.384,00
SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE - PRISM PRO (OU VERSÃO SUPERIOR) NUTANIX	unidade	7	19.134,00
SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE FLOW NUTANIX	unidade	7	20.982,00
SWITCH	unidade	2	162.756,00

Observa-se que a composição do Lote 1 permitiria a aquisição de cada item de acordo com a necessidade, de maneira proporcional, observando os limites, com a exceção do serviço de instalação, cuja unidade e quantitativo é igual a 1. O serviço de instalação contempla, dentre outras atividades, executar os serviços de instalação dos Servidores Hiperconvergentes Nutanix ofertados e Softwares.

Conforme documento de Termo de Adesão, no qual a CGE manifesta o interesse em fazer uso da Ata de Registro de Preços, 284/2020, a Controladoria-Geral aderiu aos seguintes itens/quantitativos: **01** NX-8035-G7 (HÍBRIDO) - MODELO 1; **02** NX-8035-G7 (HÍBRIDO) - MODELO 2; **01** NX-3155G-G7 (HÍBRIDO); **04** SOFTWARE PRISM PRO NUTANIX; **04** SOFTWARE FLOW NUTANIX e **02** SWITCH, além de **01** serviço de instalação.

O preço unitário do item 04 - serviço de instalação - do Lote 01 da Ata de Registro de Preços é o mesmo daquele previsto no Contrato Processo nº 1520.01.0008358/2021-72 celebrado pela Controladoria-Geral.

Conforme relatado acima, no geral, o objeto contratado pela CGE engloba um quantitativo menor de equipamentos e softwares que o previsto na Ata, todavia não consta no processo SEI demonstração da proporcionalidade do preço do item do serviço de instalação, considerando que o montante cobrado é o mesmo para a instalação de menos equipamentos.

4.1. Manifestação da Unidade Auditada

A íntegra da manifestação da unidade auditada encontra-se no Anexo I.

4.2. Análise da Equipe de Auditoria

Entendemos que os achados de auditoria foram esclarecidos pela unidade auditada.

CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas, conclui-se que os apontamentos constantes no Relatório Preliminar de Auditoria nº 1243715 quanto à contratação da empresa Servix Informática Ltda., atinente ao Contrato de Prestação de Serviços Processo SEI nº 1520.01.0008358/2021-72, cujo objeto foi a aquisição de Solução de Infraestrutura Hiperconvergente definida em software para ambientes de virtualização, foram esclarecidos pela SPGF por meio do documento intitulado *Respostas ao Relatório Preliminar de Auditoria*, reproduzido no Anexo I deste Relatório, enviado através de e-mail em 01/08/2022.

Ressalta-se que os achados de auditoria supracitados não esgotam a possibilidade de identificação de outros problemas e inconsistências significativas relativas ao objeto do trabalho, sendo competência primária das unidades e dos gestores das áreas envolvidas adotar processo contínuo para diagnosticá-los, bem como avaliar os riscos e as fragilidades do processo, devendo, também, implementar as medidas cabíveis (controles internos eficazes) em resposta aos riscos identificados, tanto corrigindo as irregularidades e/ou impropriedades, quanto atuando de forma preventiva no desenvolvimento de políticas e procedimentos internos, a fim de garantir que as atividades estejam de acordo com as metas e os objetivos.

Assessoria de Harmonização, 12 de agosto de 2022.

Ademir de Mello Júnior
MASP 1.162.993-8
Auditor Executor

De acordo.

Altair Fernandes Martins
MASP 1.163.135-5
Auditor Executor / Supervisor

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**

APÊNDICE I – ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS EM GERAL EXECUTADOS COM A FONTE 95

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	
Assessoria de Harmonização das Controladorias Setoriais e Seccionais	
ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DE CONTRATAÇÕES (RAC) Contratações e Contratos de Bens e Serviços executados com a Fonte 95.	
Objetivo: subsidiar a avaliação a posteriori das contratações e contratos de bens e serviços realizados por meio da Fonte 95, nos termos da Resolução CGE nº 35/2020, a fim de garantir uma atuação padronizada, econômica, eficiente e eficaz da atividade de auditoria interna.	
Dados Gerais	
Processo de Compras 1521001 000025/2021	Objeto: expansão e renovação de suporte da Solução de Infraestrutura Hiperconvergente definida em software para ambientes de virtualização.
Contrato de Prestação de Serviços Processo SEI nº 1520.01.0008358/2021-72	
Valor (R\$): 3.841.059,50	Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir do 5º (quinto) dia seguinte à data de assinatura do instrumento.

Eixo	Nº	Questão	Correspondência com o RAC
Planejamento	1	A contratação possui Projeto Básico ou Termo de Referência que contém os elementos mínimos necessários ao cumprimento das normas aplicáveis ao processo de contratação?	1.6 e 1.7
	2	A contratação é precedida de estudos técnicos preliminares?	1.8
	3	Consta no processo de contratação o levantamento prévio de quantitativos a serem adquiridos, subsidiado em memórias de cálculo e critérios técnicos?	1.9
	4	O objeto da contratação está definido de modo preciso e suficiente, sem especificações restritivas ou desnecessárias que limitem a competição ou promovam direcionamento indevido?	1.10
	5	Está demonstrado que a solução apresentada atende à necessidade que originou a contratação?	1.13
Preço	6	Foi realizada pesquisa de preços para a definição do valor de referência da contratação?	2.1
	7	A estimativa de preços combinou diferentes métodos ou fontes de pesquisa?	2.3
	8	Constam, no processo de contratação, orçamentos detalhados em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, datas das consultas, memórias de cálculos que subsidiaram as estimativas dos preços, tratativas com fornecedores e outros registros que evidenciam a busca do melhor preço e a compatibilidade (do preço estimado unitário) com os preços de mercado?	2.2 e 2.4

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**

Eixo	Nº	Questão	Correspondência com o RAC
Edital e condições de habilitação	9	Para a habilitação dos interessados foram exigidas documentações/ comprovações que ultrapassam as definidas na Lei Geral de Licitações (habilitação jurídica, a qualificação técnica, qualificação econômico financeira, a regularidade fiscal e trabalhista e a declaração de que não emprega menores nas condições vedadas pela Constituição Federal)?	5.4
Seleção do fornecedor	10	Foram promovidas consultas e pesquisas para verificar a ocorrência de registro de penalidades que impeçam os fornecedores ou prestadores de serviços de licitar e/ou contratar (CAFIMP - Consulta fornecedores impedidos; CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas; CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas; CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas; Sistema Inabilitados e Inidôneos do TCU; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; entre outros)?	3.3
	11	Foi realizada a conferência da existência formal do CNPJ dos fornecedores no cadastro do CNPJ na Receita Federal e/ou SINTEGRA?	3.6
	12	Foi realizada a avaliação se o ramo de atividade dos fornecedores é compatível com o objeto conforme informação registrada no cadastro do CNPJ na Receita Federal e/ou SINTEGRA?	3.7
Execução e fiscalização	13	Foram estabelecidos no termo contratual ou instrumento congêneres critérios de medição para efeito de pagamento?	4.3
	14	Gestor e fiscal do contrato, e seus respectivos substitutos, foram formalmente designados antes da vigência contratual?	4.4
	15	Foi observada a segregação de funções entre os atores envolvidos nos processos de contratação e de fiscalização contratual?	4.8
	16	No acompanhamento da execução contratual, foram estabelecidos controles internos que permitam a associação entre cada pagamento e os bens ou serviços prestados pelo contratado?	4.10
	17	Os bens/serviços foram entregues nas condições estabelecidas no contrato?	4.14
Adesão à Ata de Registro de Preços como órgão não participante	18	18. Há comprovação nos autos da vantagem da adesão à Ata de Registro de Preços?	Não faz parte do RAC; inserido pela equipe executora.
	19	19. Há prévia anuência do órgão gerenciador?	
	20	20. Foi observada a quantidade licitada do objeto constante da ata?	
Formalização Contratual	21	21. O objeto contratual está definido de maneira clara?	

ANEXO I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA

Respostas ao Relatório Preliminar de Auditoria

O presente documento tem por objetivo apresentar esclarecimentos sobre as ponderações formuladas no Relatório de Auditoria nº 1243715, de 15/07/2022.

Item 3

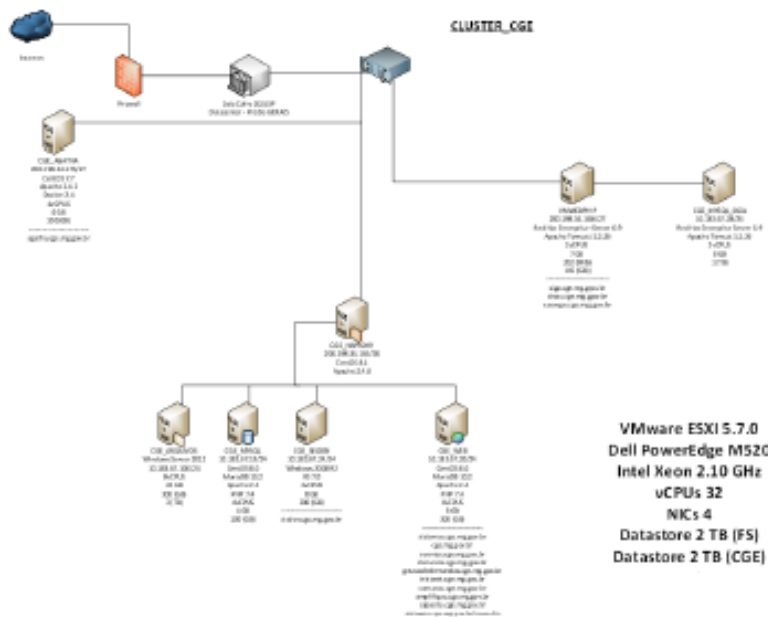
Todavia não constam memória de cálculo nem critérios técnicos acerca do quantitativo, que demonstre o dimensionamento da necessidade.

Em janeiro de 2019, a Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças –SPGF, por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC, apresentou ao Controlador-Geral do Estado a situação em que se encontrava o ambiente tecnológico da CGE em relação a crescente demanda de armazenamento de dados, bem como a absorção de novos sistemas.

Naquela época a CGE efetuava suas contratações com a PRODEMGE na modalidade *Hosting*, que se trata do aluguel de infraestrutura (Sala Cofre) e servidores para a hospedagem de sistemas e sites.

O cenário era o seguinte:

1 – Cluster (servidor) com 2 TB

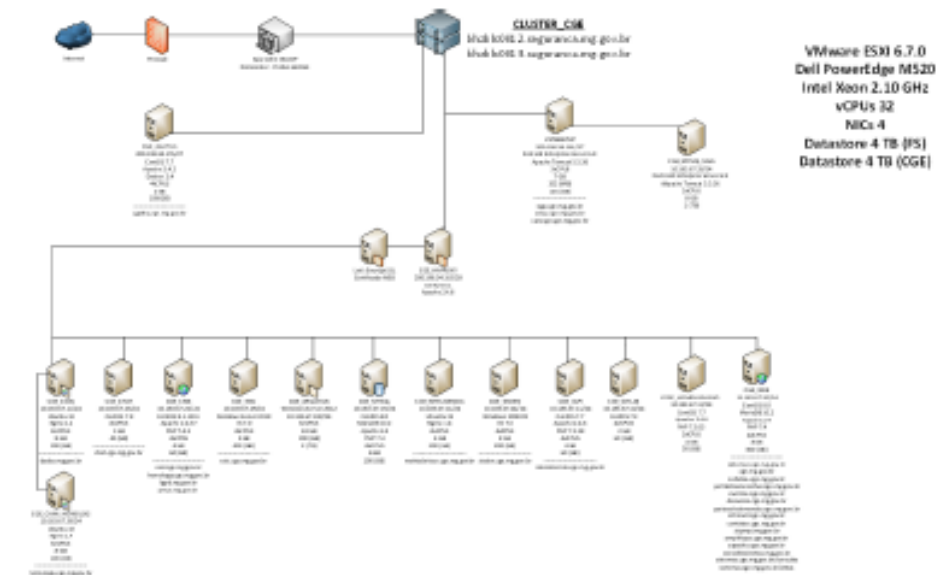


Em abril daquele ano, a DTIC encaminhou projeto de aquisição de infraestrutura de rede para apreciação do Gabinete. Com o aumento exponencial da demanda de armazenamento de dados, bem como a absorção e desenvolvimento de novas aplicações e sites, para que a DTIC pudesse atender as unidades do Órgão firmou-se o Acordo de Cooperação Técnica com a

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Secretaria de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP que permitiu à CGE a utilização do ambiente Sala Cofre.

Dessa forma, tem-se o seguinte cenário:



Conforme pode-se observar há um evidente aumento no número de aplicações e sites. O volume dobrou, passando de 4TB para 8TB a capacidade de processamento e armazenamento de dados.

Importante ressaltar que a capacidade retratada nas imagens acima, considera o armazenamento e o espaço destinado ao backup. Dessa forma, temos a seguinte fórmula:

- Datastore (FS) x 2
- Datastore (CGE) x 2

Considerando o crescimento gradativo, em pouco tempo a CGE atingiria o limite da capacidade previsto no Acordo de Cooperação Técnica.

Chegou-se a essa conclusão, levando em consideração o volume de dados e aplicações da época, além do histórico de crescimento. Ademais, considerou-se, ainda, os projetos de análise de grandes volumes de dados, do Núcleo de Combate à Corrupção, além do projeto da Auditoria-Geral que prevê a cópia das bases de dados de todos os Órgãos da Administração para o ambiente da CGE.

A título de conhecimento, em apenas 7 (sete) meses após a aquisição da infraestrutura própria, somente o NUCC já utilizou 10 TB de espaço de armazenamento, valor esse superior a todo o ambiente que a CGE possuía quando da utilização da Sala Cofre da SEJUSP.

Não foram realizadas pesquisas considerando outras soluções para a CGE diferentes daquela apresentada no Registro de Preços.

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**

As infraestruturas de TI tradicionais (também conhecido como infraestrutura legada) são compostas basicamente por conjuntos de servidores proprietários, redes e matrizes de armazenamento e outros componentes, e são configurados e vinculados individualmente. Os componentes formam silos separados com seu próprio software de gerenciamento, que podem ser de vários fornecedores e não contam com nenhum tipo de centralização. Nessa estrutura, exige uma equipe de TI dedicada com vários profissionais especialistas para gerenciar cada um desses componentes, o que torna tudo caro e complexo.

Já a infraestrutura hiperconvergente (HCI) tem a função do controlador de armazenamento em execução como um serviço em cada nó (servidor) do cluster para melhorar a escalabilidade (para adicionar recursos basta adicionar novos nós ao pool de servidores com o mínimo de intervenção. Conta com mais armazenamento, processamento e memória através da adição de nós.) e a resiliência Os softwares de análise de pré-falha dos discos evitam paradas inesperadas. O nível de redundância de armazenamento entre os nós, por sua vez, garante continuidade em caso de falha de um, dois, ou mais servidores físicos ou até um data center inteiro usando cluster estendido.

Como exemplo, o controlador lógico de armazenamento, que normalmente faz parte do hardware SAN, torna-se um serviço de software conectado a cada VM no nível do hipervisor. O armazenamento definido por software pega todo o armazenamento local no cluster e o configura como um único pool de armazenamento. Os dados que precisam ser mantidos locais para uma resposta mais rápida podem ser armazenados localmente, enquanto os dados usados com menos frequência podem ser armazenados em um dos servidores que podem ter capacidade ociosa.

Por todo o exposto, optou-se por cotar apenas a infraestrutura hiperconvergente por essa se apresentar a mais vantajosa para a administração, pois ganha-se em performance, celeridade, e, sobretudo, ausência de instabilidade na rede.

Item 4

Quando da formalização do Contrato, de fato, houve erro material no Anexo I e Apenso I do Anexo II do Contrato. Na oportunidade, foram transcritos para o instrumento todos os itens constantes na Ata do Registro de Preços e não somente aqueles efetivamente contratados.

No entanto, é importante frisar que os itens adquiridos retratam exatamente aqueles aderidos (como carona) pela CGE. Esses itens constam no Ofício CGE/DGL/CONTRATOS nº. 2/2021 (Evento Sei! nº 34608939), bem como no Ofício de autorização da empresa contratada (Evento Sei! nº 34841755), conforme abaixo:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SIAD	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	1	NX-8033-G7 (HÍBRIDO) - MODELO 1 - SISTEMA CONSOLIDADO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - IDENTIFICAÇÃO: SOLUÇÃO HIPERCONVERGENTE; -Processador: 2 x Intel Server Xeon Gold 40 núcleos disponíveis; - 1.024GB RAM; - 2 SSD DE 3,84TB; - 4 HDD DE 12 TB; - 4 portas 10G-SFP;	1676261	691.201,30	691.201,30

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**

			- 1GBE IPMI; - TENSÃO: 100-240V AC.			
2	2	1	NX-8035-G7 (HÍBRIDO) - MODELO 2 - SISTEMA CONSOLIDADO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - IDENTIFICAÇÃO: SOLUÇÃO HIPERCONVERGENTE; - Processador: 2 x Intel Server Xeon Gold 40 núcleos disponíveis; - 1.536GB RAM; - 2 SSD DE 7,68 TB; - 4 HDD DE 12 TB; - 4 portas 10G-SFP; - 1GBE IPMI; - TENSÃO: 100-240V AC.	1775936	796.716,00	1.593.432,00
3	1	1	NX-3155G-G7 (HÍBRIDO) - SISTEMA CONSOLIDADO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - IDENTIFICAÇÃO: SOLUÇÃO HIPERCONVERGENTE; Processador: 2 x Intel Server Xeon Gold 40 núcleos disponíveis; - 1.024GB RAM; - 2 SSD DE 1,92 TB; - 4 HDD DE 6 TB; - 4 portas 10G-SFP; - 1GBE IPMI; - GPU V100-32GB; - TENSÃO: 100-240V AC.	1676270	1.050.066,00	1.050.066,00
4	1	1	EXPANSÃO, INSTALAÇÃO, MONTAGEM E CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SISTEMA CONSOLIDADO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	83003	20.384,00	20.384,00
5	4	1	SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SOLUÇÃO DE GESTÃO CENTRALIZADA DO AMBIENTE DE VIRTUALIZAÇÃO DE SERVIDOR - PRISM PRO (OU VERSÃO SUPERIOR) NUTANIX	101958	19.134,00	76.536,00
6	4	1	SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE FLOW NUTANIX	101940	20.982,00	83.928,00
7	2	1	Switch Extreme VDX6740-24-R 24-port 1000Base-T SFP - Licenciado para 8-PORT 10G SFP+ - Licenciado para 2-PORT 40G - Fontes AC Interna - 1x Cabos 40GE 3m [Pack] - 16x Cabos TWX 10G 3m - 2x Transceivers 40G BiDi SR QSFP+ 150m - Garantia de 36 meses - Kit de instalação	1781345	162.756,00	325.512,00

Dessa forma, conclui-se que o valor do contrato reflete efetivamente o somatório dos itens aderidos/adquiridos pela Controladoria-Geral do Estado.

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**

No que se refere ao serviço de instalação

O valor registrado na Ata de Registro de Preços refere-se a um único serviço de instalação. O Edital e a Ata de Registro de Preços não preveem fracionamento e/ou proporcionalidade para pagamento em decorrência de aquisição de itens em menor quantidade daqueles registrados no RP.

Nery Roberto Invernizzi Pope

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Gustavo Barcelos Martins

Diretor de Gestão e Logística

Adriana Dolabela Alves de Sousa

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças